



Relatório e Contas

2014

Este documento tem como objetivo providenciar informação contábilística e financeira considerada mais relevante pela Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores) relativamente à atividade desenvolvida no período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO.....	3
2.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2014.....	4
I – Na Generalidade.....	4
II– Na Especialidade.....	7
a) Relações Institucionais, Comunicação e Imagem.....	7
b) Política Reivindicativa e Apoio Jurídico.....	9
c) Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia.....	10
d) Política Científica e Apoio aos Investigadores.....	11
e) Organização Sindical.....	12
f) Gabinete de Estudos e Centro de Documentação.....	13
III – Contas e Pessoal.....	13
a) Análise às Contas relativas ao Período Findo em 31 de Dezembro de 2014.....	14
b) Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício.....	15
c) Autorizações Concedidas a Negócios entre o Sindicato e a Direção.....	15
d) Situação Perante o Estado e a Segurança Social.....	15
e) Proposta de Aplicação de Resultados.....	16
f) Pessoal.....	16
2.2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2014.....	17
a) Relações Institucionais, Comunicação e Imagem.....	17
b) Política Reivindicativa e Apoio Jurídico.....	18
c) Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia.....	19
d) Política Científica e Apoio aos Investigadores.....	20
e) Organização Sindical.....	20
f) Gabinete de Estudos e Centro de Documentação.....	21
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	

1. INTRODUÇÃO

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, foi fundado em 1989, não filiado nas federações de Professores, frentes da Função Pública e confederações sindicais, sendo a maior organização sindical do Ensino Superior. O SNESup defende, em particular, os interesses sócio-profissionais dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço. Na linha do seu percurso de 25 anos de história, comemorados nos dias 13 e 14 de novembro de 2014, a Direção do SNESup tem vindo a manter a sua matriz pautando a sua atuação por valores e princípios que visam defender a qualidade do Ensino Superior e a dignificação das profissões de docente do Ensino Superior e de investigador enquanto atividades profissionais de elevada qualificação, exigência e responsabilidade.

Nos termos dos Estatutos e da legislação vigente, vem a Direção do SNESup com o presente documento relatar a forma como decorreu o exercício do ano de 2014.

Para o efeito foi elaborado, e aqui estamos a submeter à apreciação dos Conselheiros Nacionais e Associados do SNESup, o presente documento que inclui: 1) o Relatório De Atividades da Direção, aprovado por esta na sua reunião do passado dia 27 de fevereiro, retificado no dia 11 de abril e corrigido posteriormente em função de recomendações resultantes de auditoria realizada por um Revisor Oficial de Contas e; 2) as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014, documento produzido pelo Técnico Oficial de Contas que tem vindo a colaborar com o SNESup e que acolheu também recomendações resultantes da auditoria realizada pelo Revisor Oficial de Contas.

É ainda de salientar que o presente relatório reporta-se a 2014, ano em que se realizaram eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup (Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina) na sequência da Assembleia Geral Eleitoral que decorreu de forma descentralizada nos dias 25 e 26 de junho.

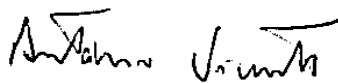
A Direção do SNESup atualmente em exercício tomou posse no dia 05 de julho de 2014 sendo que 18 dos seus 25 membros transitaram da anterior Direção, o que permitiu

uma continuidade ao longo de todo o ano de 2014 do trabalho que vinha a ser desenvolvido.

Todavia, e nos termos regulamentares, este Relatório é acompanhado ainda por um Relatório reportado ao período de mandato da anterior Direção elaborado por três dos seus membros.

Lisboa, em 23 de julho de 2015

A DIREÇÃO



António Vicente
Presidente da Direção



Raul Santos Jorge
Vice-Presidente da Direção



Marc Jacquinet
Tesoureiro

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO

2.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2014

I – NA GENERALIDADE

O SNESup comemorou em 2014 o seu 25º aniversário. Para assinalar esta efeméride, realizou-se nos dias 13 e 14 de novembro, no ISCTE, o IV Congresso do SNESup sob o lema “*25 Anos a Dignificar o Ensino Superior e a Ciência*”. Procurou-se com este momento um espaço privilegiado de encontro, amplo e aberto, para debater e construir o futuro do ensino superior e ciência albergando um leque abrangente de intervenientes e opiniões num modelo com intervenções iniciais sucintas e com a possibilidade de participação da assistência que promovesse a discussão e o debate franco e aberto. Foram abordados temas relacionados com o futuro do ensino superior, o financiamento do ensino superior, o ensino superior privado, a ciência e os investigadores ou o sindicalismo no ensino superior: experiências internacionais. Este foi um momento positivo e marcante do ano de 2014 para o SNESup.

2014 ficou ainda marcado pela realização de eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup (Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina) realizadas nos dias 25 e 26 de junho. Estas eleições permitiram manter a rede sindical com a eleição de Delegados Sindicais e Conselheiros Nacionais em 74 das 264 Escolas com Associados. Foram ainda realizadas eleições especiais em algumas Escolas o que permitiu aumentar ligeiramente a rede sindical em 2014 tendo, todavia, ficado aquém do desejado.

Num outro âmbito, o ano de 2014 voltou a ficar marcado pela manutenção dos cortes nos vencimentos dos docentes do ensino superior e investigadores operada em 2011, bem como por nova e significativa diminuição nas verbas transferidas para as instituições de ensino superior. Todavia, o Tribunal Constitucional veio a declarar, no final de maio, a inconstitucionalidade do artigo 33º do Orçamento do Estado para 2014 que impunha as reduções remuneratórias. Foi aprovado mais tarde um Orçamento Retificativo e uma Lei que manteve as reduções remuneratórias nos vencimentos dos docentes do ensino superior e investigadores definindo, no entanto, um horizonte de reversibilidade das mesmas para os próximos anos.

Ainda em termos financeiros, 2014 voltou a ser um ano penalizador para as instituições de ensino superior que viram agravadas as dificuldades financeiras fruto de nova diminuição das verbas transferidas do Orçamento do Estado.

Em janeiro de 2014 o SNESup apresentou ao Ministro da Educação e Ciência um pedido de negociação setorial visando a vinculação de docentes do ensino superior contratados a termo, no âmbito da aplicação da Diretiva 1999/70/CE ao Ensino Superior. Viria a ser agendada ainda no primeiro semestre de 2014 reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior sobre o assunto, reunião em que o SNESup apresentou um conjunto de propostas legislativas sobre a matéria, propostas que não chegaram em 2014 a ser acolhidas. Ainda sobre este assunto o SNESup apresentou em 2014 uma exposição do Provedor de Justiça. Semelhante proposta foi apresentada para os investigadores mas com igual resultado em 2014.

Foram também apresentadas em 2014 propostas legislativas visando interpretar, corrigir e alargar os regimes transitórios dos Estatutos de Carreira dos Docentes do Ensino Superior Universitário e Politécnico. Tais propostas acabaram igualmente por não ser acolhidas pelo poder político.

Durante o ano de 2014 foram mantidos contactos regulares com diversos grupos parlamentares, bem como com o CRUP e CCISP, sobre temas como a reorganização da rede de ensino superior, problemas na ciência e concursos promovidos pela FCT, regimes transitórios do ECDU e ECPDESP e aplicação da Diretiva 1999/70/CE relativa aos contratos a termo aos docentes do Ensino Superior e investigadores.

Decorreram ainda reuniões em 2014 com o Diretor-Geral do Ensino Superior que tomou posse no final de 2014, com a A3ES e com o Inspetor-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) sobre a situação vivida e problemas identificados pelo SNESup em diversas instituições privadas, visando solicitar uma intervenção desta entidade em defesa da dignidade das condições de trabalho de docentes e investigadores destas instituições. A reunião e contactos subsequentes foram profícuos e mante-se alguma ligação e troca de informação relativa a alguns casos e instituições ao longo de 2014.

O SNESup foi ouvido na Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em janeiro de 2014, sobre a proposta de Lei que visava aprovar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), na sequência de reuniões negociais que manteve em 2013 com o então Secretário de Estado da Administração Pública Helder Rosalino, lei que viria a ser publicada ainda durante o primeiro semestre de 2014.

2014 ficou também marcado pela assinatura, no dia 3 de setembro, do primeiro Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública com uma Instituição de Ensino Superior: a Universidade do Algarve. Este foi um acordo subscrito por diversas organizações sindicais e no qual ficaram consagrados princípios como o horário

semanal, os regimes e horários de trabalho, salvaguarda dos direitos inerentes à parentalidade, situações de deficiência e outras necessidades especiais ou participação efetiva dos representantes dos trabalhadores na vida da Instituição. Foram ainda formalizados em 2014 protocolos de Comissão Paritária com Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e com a Universidade da Madeira.

Em 2014 o SNESup deu continuidade à realização de encontros e debates visando refletir e debater temas de interesse no Ensino Superior e Ciência. Foram realizados, por exemplo, Encontros sobre *“Que Política(s) para o Ensino Superior no Interior do País?”*, em Castelo Branco, e *“Futuro da Ciência e dos Investigadores”* no Porto. O SNESup promoveu ainda debates sobre o Financiamento e Modelos de Financiamento bem como sobre a aplicação da Diretiva 1999/70/CE aos docentes do Ensino Superior e investigadores.

No que respeita à Ciência e aos Investigadores 2014 foi marcado por uma forte contestação do SNESup às iniciativas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), principalmente por terem sido identificadas diversas irregularidades no concurso de Bolsas Individuais FCT 2013, concurso Investigador FCT 2013, e avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

Foi ainda mantido e aprofundado em 2014 o relacionamento com outras organizações nacionais independentes e de elevada qualificação, em particular a Associação Sindical dos Juízes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, tendo mesmo sido publicado em 2014 uma obra conjunta referente ao papel do Estado e suas funções sob a perspetiva destes diferentes pilares.

2014 ficou ainda marcado por um ano profícuo em contactos com Sindicatos congéneres do SNESup de países como a França, Canadá, Brasil (estes estiveram mesmo presentes no Congresso do SNESup) Dinamarca, Espanha, Reino Unido, Irlanda. Estabeleceu-se ainda contacto com a Internacional da Educação tendo o SNESup sido convidado a poder integrar esta organização.

II – NA ESPECIALIDADE

A Direção do SNESup manteve uma estrutura organizativa composta por seis áreas de responsabilidade: Relações Institucionais, Comunicação e Imagem; Política Reivindicativa e Apoio Jurídico; Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia; Política Científica e Apoio aos Investigadores; Organização Sindical; Gabinete de Estudos e Centro de Documentação.

Apresentamos em seguida um breve balanço área a área onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2014.

A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O ano 2014 foi marcado por várias reuniões institucionais com diversos decisores políticos. O SNESup teve oportunidade de reunir com o Secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, debatendo diversas questões, com especial atenção para as matérias da carreira docente, quer em termos dos regimes transitórios do ECDU e ECPDESP, quer da aplicação da Diretiva Comunitária 1999/70/CE sobre os contratos a termo, quer da situação no Ensino Superior Privado. Houve ainda lugar a reuniões com o Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins relativas à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e ao Decreto-Lei dos Suplementos Remuneratórios, bem como com o Secretário de Estado da Energia, relativamente à Situação com o Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia. O SNESup reuniu também com a Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, e com o Presidente da FCT, Miguel Seabra, com propostas concretas relativas aos diversos concursos, quer de Investigador, bolsas, bem como a situação da avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

O SNESup estabeleceu também em 2014 vários contactos com diversos Grupos Parlamentares, com o CRUP e o CCISP, bem como com o Conselho Nacional de Educação e com o Provedor de Justiça, visando abordar diversos temas relativos ao Ensino Superior e à Ciência.

O SNESup manteve e aprofundou em 2014 o relacionamento com outras organizações nacionais independentes e de elevada qualificação, em particular a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, com especial destaque para a edição e publicação em 2014 de uma obra conjunta referente ao papel do Estado e suas

funções sob a perspetiva destes diferentes pilares. A obra em causa teve apresentações públicas em Lisboa, Coimbra e Porto.

Relativamente à comunicação e imagem o SNESup alterou a sua relação com as agências de comunicação, dadas as alterações internas com a empresa “Parceiros de Comunicação” (foi rescindido o contrato com esta agência), tendo experimentado os serviços da “Cunha Vaz & Associados” e desenvolvendo uma relação profícua com a agência “IPSIS EMIREC” com quem viria a formalizar um contrato no final de 2014 bem como com a “CISION” visando o acesso a recortes de imprensa diária. Foi conseguido um grau muito assinalável de visibilidade na comunicação social, quer quando necessitou de veicular intervenções específicas, quer quando foi procurado para comentar aspetos sobre o ensino superior e a ciência.

O site www.snesup.pt continuou a constituir-se como uma montra do trabalho realizado pelo SNESup disponibilizando, com relativa celeridade, as diversas iniciativas do Sindicato, tendo sido também reforçado com outras informações como por exemplo a criação de uma subsecção destinada a concursos e bolsas em outros países.

A comunicação com os docentes do ensino superior e investigadores continuou a basear-se sobretudo no correio eletrónico. Esta comunicação foi reforçada durante o ano de 2014 com uma maior atividade e presença mais constante na rede social Facebook (<http://www.facebook.com/SNESup>). Esta presença alargou-se também para a rede social LinkedIn no final de 2014.

A Newsletter InfoSNESup manteve a sua regularidade quinzenal durante todo o ano de 2014, à exceção do mês de agosto, continuando a ser um veículo fundamental de divulgação das iniciativas, ações e preocupações do SNESup.

A Ensino Superior - Revista do SNESup recuperou em 2014 a periodicidade da sua publicação, com números temáticos importantes que conseguiram relacionar a vida interna do Sindicato com assuntos prementes do ensino superior e ciência.

Por ocasião da comemoração dos 25 anos do SNESup foi possível começar a construir uma renovação da imagem do Sindicato, com a colaboração da dupla de *designers* “Joana e Mariana”.

B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O apoio jurídico continuou em 2014 a ser uma das faces mais visíveis do SNESup perante os seus associados. A sua equipa de trabalho constituída por dois advogados na cidade de Coimbra, três na cidade de Lisboa e dois no Porto, conta ainda com a colaboração de três funcionárias do SNESup e é coordenada por dois membros da Direção. O apoio jurídico, além do acompanhamento direto aos associados, trabalha também em estreita colaboração com a Direção nomeadamente no apoio à redação de propostas de regulamentos e de legislação, no acompanhamento das audições sindicais relativas a regulamentos de avaliação de desempenho, de prestação de serviço docente ou de contratação.

Em 2014, à semelhança do ano anterior, prosseguiram o seu curso ações intentadas contra o Estado relativamente às reduções remuneratórias operadas em 2011 e mantidas nos anos seguintes, bem como as ações contra diversas instituições de ensino superior relativas a propinas de doutoramento, ao pagamento da retribuição devida aos docentes que obtiveram o grau de doutor nos anos de 2011 e 2012 e que não receberam as remunerações devidas, e ao pagamento de retribuição devida aos docentes que obtiveram o título de agregado e a quem não foi paga a remuneração devida. Prevemos que durante o corrente ano algumas destas ações venham finalmente a transitar em julgado.

Durante o período abrangido pelo presente relatório foi estatística e politicamente relevante o número de casos relativo ao regime de transitório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico.

Registámos também um aumento muito significativo de intervenções do apoio jurídico em temas relacionados com a investigação científica. Esta atividade esteve centrada em conflitos com a Fundação para Ciência e Tecnologia nomeadamente: o concurso para atribuições de bolsas individuais de 2013, os programas Investigador FCT e o processo de avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

O apoio jurídico prestado aos sócios do SNESup continuou em 2014 a assentar em três pilares: apoio jurídico *on-line*, consultas jurídicas presenciais e a representação forense em processos nos tribunais, em Centros de Arbitragem e em processos disciplinares.

Foram recebidos 562 pedidos de apoio jurídico e/ou esclarecimentos *on-line* durante o ano de 2014.

Foram ainda realizadas 544 consultas jurídicas presenciais nas três sedes do SNESup (Lisboa - 231, Porto - 210 e Coimbra - 103), pelos sete advogados que colaboraram com o SNESup em 2014.

Não foi ainda, no ano de 2014, possível operacionalizar a base de dados relativa ao apoio jurídico, tendo, todavia, sido continuado o trabalho de agilização dos procedimentos e normas de funcionamento do serviço de modo a aumentar a sua eficácia e a minorar constrangimentos.

No campo da política reivindicativa a ação centrou-se na análise e denúncia dos constrangimentos ao funcionamento das Instituições de Ensino Superior e das Instituições do Sistema Científico Nacional provocados pela austeridade imposta a estas instituições. Relevância semelhante mereceu o regime transitório do ensino superior politécnico, e o Regime do Pessoal Docente e Investigador das Instituições de Ensino Superior Privadas. Em ambos os casos apresentamos propostas de alteração do quadro legal à tutela, e no caso particular do Ensino Privado apresentamos mesmo uma proposta orientadora para o Regime do Pessoal Docente e de Investigação das Instituições Privadas. Acompanhamos também em 2014 com muito cuidado as questões relacionadas com o Estatuto da Carreira de Investigação, e defendemos a alteração do Estatuto do Bolseiro, nomeadamente a transformação em contratos de trabalhos de todos os tipos de bolsas que não sejam de formação académica.

C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

Em 2014, e na sequência de um conjunto de iniciativas desenvolvidas ainda no final de 2013 relativas à temática da reorganização da rede de ensino superior, entre elas o inquérito promovido em finais de 2013 pelo SNESup sobre a reorganização da rede de ensino superior e financiamento, e cujos resultados foram apresentados de forma mais detalhada em 2014 num dos números da Ensino Superior - Revista do SNESup, permitiu também continuar o debate e reflexão sobre este importante tema. Foi ainda neste âmbito continuado o debate interno visando clarificar a posição do SNESup sobre a temática em causa com destaque para a questão do sistema binário, uma questão que parece ainda pouco consensual tal como resultou do inquérito citado.

O debate sobre questões de política educativa e organização do ensino teve ainda em 2014 um momento de especial destaque: o IV Congresso do SNESup. Neste Congresso, e por ocasião da comemoração do 25º aniversário do SNESup, foi possível reunir um conjunto diverso de posições, de decisores políticos a dirigentes de instituições, de

docentes a investigadores, sobre política educativa e organização do ensino superior que permitiram aprofundar a reflexão sobre os temas.

D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

No que respeita à Ciência e aos Investigadores, 2014 foi marcado por uma forte contestação do SNESup às iniciativas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), principalmente por terem sido identificadas diversas irregularidades no concurso de Bolsas Individuais FCT 2013, concurso Investigador FCT 2013, e avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

De facto, o SNESup empenhou-se em colocar sob escrutínio público a política científica implementada pelo Governo através da FCT com os seguintes objetivos: i) defender a dignidade do emprego científico em oposição à precariedade crescente dos bolseiros de investigação promovida pelo atual Governo; ii) travar o desinvestimento em ciência e em recursos humanos para que o futuro de Portugal não seja hipotecado; iii) evitar a concentração do investimento público em apenas algumas áreas do conhecimento e em apenas algumas regiões do país; iv) defender a transparência (e aplicação da lei) nos concursos promovidos pela FCT.

Neste sentido, o SNESup reuniu com a Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, e com o Presidente da FCT, Miguel Seabra, para denunciar os problemas detetados e apresentar propostas concretas relativas aos diversos concursos, quer de Investigador, bolsas, projetos bem como a situação da avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento apresentando também propostas. A identificação dos vários problemas relacionados com a política de investigação científica e com os investigadores bem como as propostas defendidas pelo SNESup para resolver e/ou minimizar esses problemas foram também apresentadas na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Infelizmente estes problemas não foram resolvidos pela via política pelo que o SNESup apresentou em 2014 uma queixa ao Provedor de Justiça sobre o concurso de Bolsas Individuais FCT 2013 e o concurso Investigador FCT 2013, fez uma denúncia ao Ministério Público sobre o processo de avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento, apoiando ainda os associados que pretenderam contestar individualmente os processos em que foram lesados ou mesmo diversas Unidades de Investigação na contestação ao processo de avaliação.

Para tornar público os vários problemas e desafios que se colocam atualmente à ciência aos investigadores que trabalham em Portugal, o SNESup proveu, em fevereiro no Porto, o encontro de reflexão e debate “*Futuro da Ciência e dos Investigadores*” e deu a esta temática grande destaque no seu IV Congresso com um painel dedicado à mesma. Adicionalmente o SNESup associou-se a diversas iniciativas da Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) para denunciar a precariedade inaceitável dos investigadores contratados com os diversos tipos de bolsas.

Ainda neste âmbito, o ano ficou também marcado pela apresentação de um conjunto de propostas visando a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica pela ANICT. O SNESup criticou a proposta em causa e participou em diversas reuniões promovidas por esta Associação em várias instituições conseguindo chamar a atenção para a inaceitabilidade das propostas em causa e prejuízo que as mesmas teriam para os Investigadores e para a Ciência, o que terá contribuído para o recuo da Associação em causa nas propostas apresentadas e pública demarcação da própria Secretária de Estado da Ciência relativamente às mesmas.

Há ainda a mencionar não ter sido publicada durante o ano de 2014 a Newsletter Ciência e Tecnologia uma vez que por decisão da direção os conteúdos desta foram integrados na Newsletter InfoSNESup.

E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O SNESup manteve em 2014 a tendência de aumento do número de sindicalizados, tendo-se sindicalizado 184 docentes e investigadores. Todavia desvincularam-se 45 associados e aposentaram-se 28. Em 31 de dezembro de 2014 o SNESup totalizava 4882 associados tendo chegado ao associado n.º 5902.

As eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup em 2014 permitiram manter rede sindical com a eleição de Delegados Sindicais e Conselheiros Nacionais em 74 Escolas das 264 Escolas com Associados. Foram ainda realizadas eleições especiais em algumas Escolas o que permitiu aumentar ligeiramente a rede sindical em 2014 tendo, todavia, ficado aquém do desejado.

A rede de delegados regionais manteve-se estável em 2014.

A presença das Secções Sindicais em reuniões do Conselho Nacional foi significativamente participada em alguns momentos no ano de 2014 tendo-se realizado três reuniões deste Órgão durante o ano.

Ainda nesta área de responsabilidade foi dada continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado com a EISA para desenvolvimento de aplicações e base de dados. Durante o ano de 2014 foram finalizadas aplicações relativas ao processamento de salários dos funcionários e continuados ajustes e correções na base de dados visando permitir uma otimização da mesma.

F) GABINETE DE ESTUDOS E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Gabinete de Estudos e Centro de Documentação mantiveram em 2014 um ano de significativa dinamização.

Relativamente ao Centro de Documentação, no ano de 2014 deu-se continuidade à catalogação de livros e documentos entretanto recebidos no SNESup mantendo a organização do fundo documental disponível na sede nacional em Lisboa e através do Zotero desde 2013.

Com a tomada de posse da nova Direção em julho de 2014, foi delineado um novo plano de trabalhos para o Gabinete de Estudos que deverá ser desenvolvido até meados de 2016. O objetivo principal é *“caracterizar o pessoal docente e investigador do ensino superior português enquanto grupo profissional”* através da recolha e sistematização de dados estatísticos existentes, de estudos já realizados e da operacionalização de um questionário e de um conjunto de entrevistas aos docentes e investigadores. Este plano de trabalhos foi aprovado pela Comissão Permanente da Direção, tendo estado a ser procurados apoios e parcerias com outras instituições por forma a desenvolver o mesmo.

III – CONTAS E PESSOAL

Apresentamos em seguida um breve balanço relativo às contas e pessoal onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2014.

A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Quanto às contas do SNESup relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado líquido do período é negativo em 53.102,34 Euros, o que representa um forte aumento em relação ao ano anterior, no qual foi registado um resultado líquido negativo de 19.233,10 Euros.

Em 2014 o total de rendimentos ascendeu a 679.989,94 Euros e o total de gastos a 733.092,28 Euros.

Ainda que se tenha verificado a reversão de provisões no valor de 37.759,74 Euros, que se encontravam constituídas a 31 de dezembro de 2013, a variação do resultado justifica-se essencialmente pelo lado dos gastos, ou seja:

- i. pelo aumento associado à rubrica publicidade e propaganda no montante de 31.969,28 Euros, e à rubrica de comunicações no valor de 12.828,62 Euros, em especial com as expedições da Ensino Superior - Revista do SNESup, mas também por gastos com expedições relativas às eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup;
- ii. pelo reconhecimento de perdas por redução do Justo Valor, relativas a aplicações financeiras, no valor de 11.378,75 Euros;
- iii. pelo reconhecimento de correções relativas a períodos anteriores no montante de 18.210,83 Euros, nomeadamente o gasto com a impressão e expedição da Ensino Superior - Revista do SNESup do último trimestre de 2013.

Comparado com o exercício anterior, as receitas de quotas aumentaram ligeiramente passando de 619.091,94 Euros em 2013 para 621.862,12 Euros no ano de 2014. É de notar a estabilização dos resultados financeiros positivos passando para 19.543,87 Euros em 2014, e isto apesar do ocorrido com o Banco BES que obrigou à transferência de montantes muito significativos (430.000 Euros) para outros bancos nomeadamente para a Caixa Geral de Depósitos (o que limitou também alguns ganhos financeiros que poderiam ter sido obtidos não fosse a enorme incerteza que motivou, por uma questão de segurança, o resgate atempado de investimentos realizados no BES antes da sua reestruturação).

Apesar do aumento dos gastos globais relativamente a 2013 (justificados essencialmente pelos motivos indicados anteriormente), é de destacar um esforço no sentido de conseguir reduções pontuais essencialmente em bens e serviços.

Há, todavia, a salientar três aspetos positivos: primeiro e como nos anos anteriores, um aumento das sindicalizações que contrapõem a baixa dos rendimentos e os cortes

nas Instituições do Ensino Superior que limitam a margem de manobra no que toca à margem salarial e às contratações; segundo, um destaque para a gestão financeira que melhorou em termos de gestão de tesouraria resultado de uma intervenção mais ativa e; terceiro, um ligeiro aumento das receitas a partir de setembro de 2014 com a devolução de 20% dos cortes salariais que podiam ir em alguns casos até 10%, o que promoveu um aumento das receitas no final de 2014 ligeiramente inferior a 2%.

Em síntese:

	2013	2014
Proveitos/Receitas	646.440,20 Euros	679.989,94 Euros
Gastos	665.673,30 Euros	733.092,28 Euros
Resultados	-19.233,10 Euros	-53.102,34 Euros

Encontram-se mais adiante no presente documento, em particular no capítulo 3 (demonstrações financeiras), os mapas que compõem o Exercício do SNESup para o ano de 2014 e que permitem uma leitura mais detalhada das contas do SNESup relativas ao ano em apreço.

Também em 2015 se prevê o aumento das despesas com o apoio jurídico, até porque, foi já aprovada a contratação de um novo advogado para colaborar com o SNESup.

B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2014, que dada a sua relevância devam ser objeto de referência a esta data.

C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO

Não se verificaram quaisquer negócios entre o SNESup e os seus membros da Direção.

D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Cumpra declarar que, à data de 31 de dezembro de 2014, não se encontravam em mora quaisquer débitos do Sindicato ao Estado ou à Segurança Social.

E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

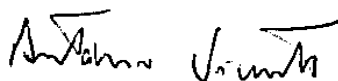
A Direção propõe que o resultado líquido negativo no montante de 53.102,34 Euros seja transferido para Resultados Transitados.

F) PESSOAL

Relativamente ao pessoal, o número de funcionários do SNESup manteve-se inalterado em 2014. Apenas uma breve nota para a ausência da funcionária afeta à sede de Coimbra durante um largo período de 2014 por motivo de maternidade tendo a mesma sido substituída por uma funcionária contratada especificamente para o efeito e que permitiu que a sede de Coimbra mantivesse o seu normal funcionamento durante todo o ano.

Mais uma vez expressamos o nosso público agradecimento aos funcionários que apoiaram de forma dedicada e exemplar as diversas iniciativas que o SNESup desenvolveu ao longo de 2014, e em particular foram decisivos para o sucesso do IV Congresso do SNESup.

A DIREÇÃO



António Vicente
Presidente da Direção



Raul Santos Jorge
Vice-Presidente da Direção



Marc Jacquinet
Tesoureiro

2.2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO 1º SEMESTRE DO ANO DE 2014

Nos termos regulamentares, este relatório reporta-se ao período de mandato da Direção do SNESup que cessou a sua atividade em 05 de julho de 2014 e foi elaborado por três dos seus membros.

Apresentamos em seguida um breve balanço, área a área, onde apresentamos o que de mais relevante se destacou durante o primeiro semestre do ano de 2014 nas atividades desenvolvidas pela Direção do SNESup.

A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O primeiro semestre de 2014 foi marcado por várias reuniões institucionais com diversos decisores políticos. O SNESup reuniu com o Secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, sobre os regimes transitórios do ECDU e ECPDESP bem como a aplicação da Diretiva Comunitária 1999/70/CE sobre os contratos a termo aos docentes do ensino superior, tendo ainda abordado a situação no Ensino Superior Privado.

A alteração do Secretário de Estado da Administração Pública no final do primeiro semestre de 2014 evidenciou uma alteração na postura do relacionamento com o SNESup. Se Helder Rosalino havia apenas reunido e negociado com o SNESup por imposição do tribunal, José Leite Martins que o substituiu, logo após tomar posse e tendo dado início ao processo negocial sobre a proposta de Lei de reduções remuneratórias e integração das carreiras e cargos na tabela remuneratória única prontamente respondeu à solicitação do SNESup chamando-o a iniciar negociações sobre a matéria ainda no primeiro semestre de 2014.

O SNESup foi ainda convidado a participar no final do primeiro semestre de 2014 no Encontro Nacional dos Dirigentes Associativos (ENDA) no âmbito da reorganização da rede de ensino superior.

O SNESup estabeleceu também no primeiro semestre de 2014 contactos com diversos Grupos Parlamentares e com o Provedor de Justiça, visando abordar diversos temas relativos ao Ensino Superior e à Ciência.

O SNESup manteve no primeiro semestre de 2014 o relacionamento com a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, dando continuidade ao trabalho que vinha a ser desenvolvido.

O primeiro semestre do ano de 2014 ficou ainda marcado pelo fim do relacionamento com a agência de comunicação “Parceiros de Comunicação” em consequência de uma significativa falta de cumprimento dos objetivos acordados e serviços solicitados pelo SNESup. Foi ainda neste período dado início a uma seleção de agências de comunicação para substituir a empresa em causa.

B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O SNESup foi ouvido na Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em janeiro, sobre a proposta de Lei que visava aprovar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), na sequência de reuniões negociais que manteve em 2013 com o então Secretário de Estado da Administração Pública Helder Rosalino, lei que viria a ser publicada ainda durante o primeiro semestre de 2014.

Em janeiro de 2014 o SNESup apresentou ao Ministro da Educação e Ciência um pedido de negociação setorial visando a vinculação de docentes do ensino superior contratados a termo, no âmbito da aplicação da Diretiva 1999/70/CE ao Ensino Superior. Viria a ser agendada ainda no primeiro semestre de 2014 reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior sobre o assunto em que o SNESup apresentou um conjunto de propostas legislativas sobre a matéria (preparadas com a ajuda da Dr^a Susana Machado, jurista especialista na matéria, e que se disponibilizou para participar em sessões de debate e esclarecimento promovidas pelo SNESup sobre o assunto e que se realizaram em Lisboa e no Porto), propostas que não chegaram em 2014 a ser acolhidas, tendo ainda o SNESup apresentado uma exposição sobre o assunto no primeiro semestre do ano ao Provedor de Justiça. Semelhante proposta foi apresentada para os investigadores mas com igual resultado em 2014.

Ainda no primeiro semestre de 2014 a Direção do SNESup reuniu com o Inspetor-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) sobre a situação vivida e problemas identificados pelo SNESup em diversas instituições privadas e visando solicitar uma intervenção desta entidade em defesa da dignidade das condições de trabalho de docentes e investigadores destas instituições. A reunião e contactos subsequentes foram profícuos e mante-se alguma ligação e troca de informação

relativa a alguns casos e instituições ao longo de 2014. Viria ainda o SNESup, no mesmo âmbito, a reunir também no primeiro semestre de 2014 com a A3ES.

Também nesta primeira parte de 2014 o SNESup continuou a acompanhar e intervir na produção de regulamentação por parte das instituições de ensino superior, nomeadamente de avaliação de desempenho, de prestação de serviço docente ou de contratação.

Ainda no primeiro semestre de 2014 o SNESup participou em negociações com a Direção da Escola Superior de Saúde de Alcoitão sobre uma proposta de Estatuto de Carreira Docente apresentada pela instituição, num processo que se prolongou durante 2014 e onde foi possível chegar a alguns entendimentos positivos.

C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

Foi realizado em fevereiro de 2014, na sequência das iniciativas promovidas pelo SNESup em finais de 2013 relativamente à reorganização da rede de ensino superior, um debate sobre o tema “Que Política(s) para o Ensino Superior no Interior do País?”, em Castelo Branco, e que contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior bem como de dirigentes e docentes de instituições de ensino superior do interior. O debate foi bastante participado e constituiu-se como um momento de reflexão sobre a reorganização da rede de ensino superior e o papel das instituições de ensino superior no interior do país.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado um encontro “*O SNESUP convida...*” subordinado ao tema “*O Financiamento do Ensino Superior: que modelos e alternativas?*” para o qual convidámos a Colega Luísa Cerdeira (Professora Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa). Este encontro teve lugar na sede de Lisboa no final de tarde do dia 18 de março e foi transmitido em direto através do site do SNESup, tendo cumprido o objetivo de promover o conhecimento e a reflexão sobre modelos de financiamento do ensino superior existentes em diversos países, assim como discutir eventuais alternativas na repartição dos custos do ensino superior entre estado, famílias, estudantes e outras entidades. Com esta iniciativa pretendeu-se contribuir para fundamentar propostas sobre opções a privilegiar no financiamento do ensino superior, uma vez que os debates sobre estas questões são sempre intensos e frequentes em especial no atual contexto de significativos constrangimentos financeiros do estado e das famílias e estudantes.

Também durante o primeiro semestre de 2014 teve continuidade a elaboração de análises e sistematizações de dados sobre questões centrais para a definição de políticas de ensino superior em Portugal visando apoiar a definição posições e opções defendidas pelo SNESup. Foram ainda iniciados contactos com potenciais parceiros para a concretização dos estudos e análises em causa.

Ainda no primeiro semestre de 2014 o SNESup participou em reflexão promovida pela ARIPESE (Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação) sobre a qualidade das formações ministradas.

D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

No primeiro semestre de 2014 o SNESup esteve bastante empenhado na contestação ao concurso de Bolsas FCT 2013 e concurso Investigador FCT 2013, tendo promovido diversas iniciativas visando repor a legalidade nestes processos, nomeadamente apresentando um queixa ao Provedor de Justiça e apoio individualmente os associados lesados. Ainda no âmbito destes processos o SNESup apelou e participou numa concentração promovida pela ABIC, em janeiro de 2014, frente às instalações da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo ainda participado em sessão promovida por esta Associação no primeiro semestre de 2014 para debater os problemas da Ciência e dos Bolseiros.

O SNESup promoveu ainda no primeiro semestre de 2014 um debate, no Porto, sobre o Futuro da Ciência e dos Investigadores, um momento de reflexão que contou com a participação de investigadores de diversas instituições, diretores de unidades de investigação e eurodeputados.

Participou ainda o SNESup no primeiro semestre de 2014 num debate promovido pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, na Assembleia da República, sobre “O Futuro da Ciência em Portugal”.

E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Decorreram nos dias 25 e 26 de junho de 2014 as eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup (Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina) e que permitiram manter a rede sindical com a eleição de Delegados Sindicais e Conselheiros Nacionais em 74 Escolas das 264 Escolas com Associados.

Realizou-se uma reunião do Conselho Nacional durante o mês e março, em Leiria, uma reunião significativamente participada.

Durante o primeiro semestre de 2014 foi também dada continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado com a EISA para desenvolvimento de aplicações e base de dados.

No âmbito da renovação dos cartões dos associados foi iniciado durante o primeiro semestre de 2014 os procedimentos necessários para se proceder à atualização de dados e envio dos respetivos cartões de sócio.

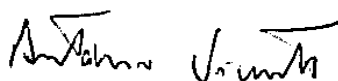
F) GABINETE DE ESTUDOS E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Gabinete de Estudos e Centro de Documentação mantiveram no primeiro semestre de 2014 uma significativa dinamização.

Relativamente ao Centro de Documentação deu-se continuidade à catalogação de livros e documentos entretanto recebidos no SNESup mantendo a organização do fundo documental disponível na sede nacional em Lisboa e através do Zotero desde 2013.

No que respeita ao Gabinete de Estudos, durante o primeiro semestre de 2014, atualizaram-se dados e análises sobre as questões do financiamento do ensino superior e sobre as tendências quantitativas de evolução no número de alunos, docentes e investigadores neste nível de ensino, as quais contribuíram para fundamentar posições e debates sobre estas matérias, designadamente no âmbito do preparação do congresso do SNESup que veio a ter lugar em novembro.

A ANTERIOR DIREÇÃO



António Vicente
Presidente da Direção



Raul Santos Jorge
Vice-Presidente da Direção



Marc Jacquinet
Tesoureiro

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR

Demonstrações Financeiras

Período 2014

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Distribuição de Gastos Por Centros de Custos	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Ativos Intangíveis	16
7. Locações	16
8. Custos de Empréstimos Obtidos	16
9. Inventários	17
10. Rédito	17
11. Passivos contingentes, ativos contingentes e imparidades	17
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14. Imposto sobre o Rendimento	18
15. Benefícios dos empregados	18
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17. Outras Informações	19
17.1. Investimentos Financeiros	19
17.2. Associados/Membros	19
17.3. Clientes e Utentes	19
17.4. Outras contas a receber	20
17.5. Diferimentos	20
17.6. Instrumentos Financeiros	20
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	21
17.8. Fundos Patrimoniais	21
17.9. Fornecedores	21
17.10. Estado e Outros Entes Públicos	22
17.11. Outras Contas a Pagar	22
17.12. Outros Passivos Financeiros	22
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.14. Fornecimentos e serviços externos	22
17.15. Outros rendimentos e ganhos	23
17.16. Outros gastos e perdas	23
17.17. Resultados Financeiros	24
17.18. Acontecimentos após data de Balanço	24

Balanço

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	252.770,46	275.121,64
Ativos intangíveis	6	7.772,72	36.078,95
Investimentos financeiros	17.1	62,90	0,00
		260.606,08	311.200,59
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	17.10	1.967,86	300,08
Fundadores/Associados/Membros	17.2	2.585,43	22.116,14
Outras contas a receber	17.4	36.906,01	33.851,43
Diferimentos	17.5	3.720,75	0,00
Instrumentos financeiros	17.6	319.526,91	473.162,81
Caixa e depósitos bancários	17.7	764.135,65	661.271,85
		1.128.842,61	1.190.702,31
Total do ativo		1.389.448,69	1.501.902,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos patrimoniais			
Reservas Legais	17.8	421.684,63	421.914,61
Outras reservas	17.8	1.010.576,55	1.010.576,55
Resultados transitados	17.8	-91.545,36	-58.181,55
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	66.232,07	66.232,07
Resultado líquido do período		-53.102,34	-19.233,10
Total dos Fundos Patrimoniais		1.353.845,55	1.421.308,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	36.576,57
		0,00	36.576,57
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	17.10	6.820,34	6.029,31
Fundadores/Associados/Membros	17.11	0,00	15.978,40
Outras contas a pagar	17.11	28.782,80	22.010,04
		35.603,14	44.017,75
Total do passivo		35.603,14	80.594,32
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1.389.448,69	1.501.902,90

O técnico oficial de contas
Luis Manuel da Conceição Neves

A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	621.862,12	619.091,94
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-452.255,24	-413.943,65
Gastos com o pessoal	15	-193.878,24	-194.552,67
Imparidade (perdas/reversões)	11	32.153,24	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-3.137,73
Aumentos/reduções de justo valor	17.6	-10.622,47	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.15	6.478,87	8.314,75
Outros gastos e perdas	17.16	-37.006,46	-21.627,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-33.268,18	-5.854,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-39.329,87	-30.720,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-72.598,05	-36.574,91
Gasto líquido de financiamento	10	19.495,71	17.341,81
Resultado antes de impostos		-53.102,34	-19.233,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-53.102,34	-19.233,10

O Técnico oficial de contas
Luis Manuel da Conceição Neves



A Direção

Distribuição de Gastos Por Centros de Custos

Dando cumprimento aos estatutos apresenta-se a distribuição dos gastos por centros de custos. Salienta-se que a rubrica imparidades líquidas no valor de 32.153,24 Euros, é balanceada com 5.606,50 Euros de perdas e 37.759,74 Euros de reversões.

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DEZEMBRO DE 2013

Centros de Custo Estatutários	Cent. Custos	Fornec. Serv. Externos c/62	Gastos com o Pessoal c/63	Gastos de deprec. amortiz./imparidades/ c/64+65+67-76	Out.gastos e perd. c/66-77+68+69	Total 2014	Total 2013	Evolução (€)	Evolução (%)
Sede e Serviços:		52.019,19	146.550,19	38.128,40	18.859,83	255.557,61	248.763,92	- 16.102,55	-6,47%
Sede e Serviços Centrais	11	52.019,19	146.550,19	38.128,40	18.859,83	255.557,61	248.763,92	- 16.102,55	-6,47%
Delegações:		25.675,49	47.328,05	766,20	-	73.769,74	76.540,07	- 2.770,33	-3,62%
Delegação do Porto	121	13.677,74	24.723,70	593,25	-	38.994,69	36.808,14	2.186,55	5,94%
Delegação de Coimbra	122	11.997,75	22.604,35	172,95	-	34.775,05	39.731,93	- 4.956,88	-12,48%
		732,51	-	435,27		1.167,78	1.612,57	- 444,79	
Gabinete de Estudos e Centro Doc.	13	732,51	-	435,27	-	1.167,78	1.612,57	- 444,79	-27,58%
Funcionamento dos Órgãos									
Nacionais:		55.077,59	-	-	639,70	55.717,29	46.697,28	9.020,01	19,32%
Assembleia Geral	21	3.538,94	-	-	-	3.538,94	-	3.538,94	
Conselho Nacional	22	13.000,46	-	-	-	13.000,46	11.806,89	1.193,57	10,11%
Direção	23	29.332,50	-	-	639,70	29.972,20	31.808,96	- 1.836,76	-5,77%
Comissão Fiscal. e Discip.	24	4.000,62	-	-	-	4.000,62	3.081,43	919,19	29,83%
Congresso	25	5.205,07	-	-	-	5.205,07	-	5.205,07	
Informação e Promoção:		64.010,39	-	-	10.879,40	74.889,79	35.145,47	39.744,32	113,09%
Revista	31	51.644,53	-	-	10.879,40	62.523,93	12.609,32	49.914,61	395,85%
Serv. de Apoio	33	12.115,86	-	-	-	12.115,86	22.536,15	- 10.420,29	-46,24%
Inform. e Promoção n/especificados	39	250,00	-	-	-	250,00	-	250,00	
Apoio a Sócios:		254.392,67	-	- 32.153,24	17.250,00	239.489,43	272.174,16	- 531,49	-0,20%
Apoio Jurídico	41	197.521,92	-	-	17.250,00	214.771,92	208.255,67	6.516,25	3,13%
Seguro de Associados	42	56.870,75	-	-	-	56.870,75	57.982,00	- 1.111,25	-1,92%
Apoio Indiv. a Sócios-Greve	44	-	-	- 32.153,24	-	32.153,24	5.936,49	- 5.936,49	-100,00%
Iniciativas:		347,40	-	-	-	347,40	254,80	92,60	36,34%
Encontros/Conferências	563	347,40	-	-	-	347,40	254,80	92,60	36,34%
Secções Sindicais:		-	-	-	-	-	430,70	- 430,70	-100,00%
Évora	611	-	-	-	-	-	127,20	- 127,20	-100,00%
Ponta Delgada	612	-	-	-	-	-	303,50	- 303,50	-100,00%
Total		452.255,24	193.878,24	7.176,63	47.628,93	700.939,04	681.618,97	28.577,07	4,19%

O técnico oficial de contas
Luis Manuel da Conceição Neves

A Direção



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

SNESup-SINDICATO NAC. ENSINO SUPERIOR DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos de greve e solidariedade	Outras Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido do Período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014	6	421.914,61	1.010.576,55	-58.181,55	66.232,07	-19.233,10	1.421.308,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ajustamentos em Amortizações de de ativos intangíveis	6	0,00	0,00	-14.130,71	0,00	0,00	-14.130,71
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	7	0,00	0,00	-19.233,10	0,00	19.233,10	0,00
	7	0,00	0,00	-33.363,81	0,00	19.233,10	-14.130,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.102,34	-53.102,34
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.869,24	-67.233,05
Fundos							
Entradas de recursos para reposição (a)		3.022,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.022,67
Saídas de recursos por utilização (b)		-3.252,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.252,65
	10	-229,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-229,98
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	6+7+8+10	421.684,63	1.010.576,55	-91.545,36	66.232,07	-53.102,34	1.353.845,55

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2013

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos de greve e solidariedade	Outras Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido do Período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2013	6	436.727,28	1.010.576,55	-27.665,69	66.232,07	-30.515,86	1.455.354,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	7	0,00	0,00	-30.515,86	0,00	30.515,86	0,00
	7	0,00	0,00	-30.515,86	0,00	30.515,86	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.233,10	-19.233,10
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	11.282,76	-19.233,10
Fundos							
Entradas de recursos para reposição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saídas de recursos por utilização		-14.812,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.812,67
	10	-14.812,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.812,67
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013	6+7+8+10	421.914,61	1.010.576,55	-58.181,55	66.232,07	-19.233,10	1.421.308,58

- a) Uma reposição de 2 210,00€ respeitante ao associado Joaquim Carmelo Rosa e a reclassificação de 812,67 Euros de Paulo Lopes
- b) Uma utilização de recursos em 3 252,65€ a favor da associada Maria João Cebola

O técnico oficial de contas
Luis Manuel da Conceição Neves

A Direção



Entretanto a soma dos saldos atuais destas rubricas no montante de cerca de 1.353.845,55 Euros está coberta a 80% pelo valor dos Depósitos Bancários existentes e outros Instrumentos Financeiros que globalmente totalizam 1.083.662,56 Euros.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Associados/Membros		612.056,98	675.662,16
Pagamentos a Fornecedores		452.255,24	413.943,65
Pagamentos ao Pessoal		193.878,24	194.552,67
Caixa gerada pelas operações		-34.076,50	67.165,84
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		3.325,71	8.314,75
Outros recebimentos / pagamentos		-35.492,61	-69.741,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-66.243,40	5.739,29
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis		-4.024,41	-8.067,62
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Juros e rendimentos similares		19.495,71	19.033,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		15.471,30	10.965,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
<i>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</i>		-50.772,10	16.705,18
<i>Efeito das diferenças de câmbio</i>		0,00	0,00
<i>Caixa e seus equivalentes no início do período</i>		1.134.434,66	1.117.729,48
<i>Caixa e seus equivalentes no fim do período</i>	17.6 + 17.7	1.083.662,56	1.134.434,66

Técnico oficial de contas
Luís Manuel da Conceição Neves

A Direção



Anexo

1. Identificação da Entidade

O Sindicato Nacional do Ensino Superior é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação de Docentes e Investigadores com estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 3ª. Série, nº.24, de 30 de dezembro de 1989, com sede em Av. 5 de Outubro, nº. 104-4º. Lisboa. Constituem objetivos do Sindicato:

- Defender e dignificar, em geral, o exercício da docência e da investigação científica;
- Defender, em particular, os interesses sócio-profissionais dos docentes e investigadores do ensino superior independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço;
- Promover o estudo das questões relacionadas com a educação e a investigação científica em geral, e com o ensino superior em particular;
- Fomentar a convivência intelectual e a solidariedade profissional entre docentes e investigadores das várias áreas científicas e das várias regiões do país, e igualmente entre docentes e investigadores nacionais e estrangeiros

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos documentos e demais registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto, tão só, não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, i.é. no momento em que se recebe (vidé extrato bancário) o rédito, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, sendo no final do ano ajustado, no respeito pelo princípio da especialização de exercícios, acabando por isso, por serem registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” (Notas 17.4), “Credores por Acréscimos de Gastos” (Nota 17.11), “Diferimentos” (Nota 17.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de 2013 para 2014, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	
Descrição	Vida útil estimada (anos)
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	25
Equipamento básico e instalações	10
Equipamento administrativo	5

As vidas úteis de depreciação dos vários bens são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na Demonstração dos Resultados.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2. Ativos Intangíveis (NCRF 6)

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis	
Descrição	Vida útil estimada (anos)
Ativos fixos intangíveis	
Programas computacionais	3
Propriedade industrial - marcas	3

3.2.3. Ativo Corrente

Associados/membros (ver Nota 17.2)

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade. Estão registados no ativo pela quantia realizável admitindo-se que são ainda recuperáveis quando a idade do saldo não vai além dos 3 meses seguintes à suspensão do pagamento do sócio.

Outras contas a Receber (ver Nota 17.4)

As “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Outros ativos e financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários (Nota 17.7)

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

Os Fundos patrimoniais são compostos conforme discriminação na Nota 17.8

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A Entidade não usufrui de *Financiamentos*

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do Artigo 55º. do EBF, ficam isentas de IRC, exceto no que respeita a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas e de capitais:

- a) *As pessoas coletivas públicas, de tipo associativo, criadas por lei para assegurar a disciplina e representação do exercício de profissões liberais;*
- b) *As confederações e associações patronais e sindicais.*

Nos termos do nº. 19 do artº. 9º do Código do IVA, estão isentas de IVA “As Prestações de Serviços e as Transmissões de Bens com elas conexas, efetuadas no interesse coletivo dos seus Associados por Organismos sem finalidade lucrativa, desde que esses Organismos prossigam objetivos de natureza sindical... e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos Estatutos”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Houve a necessidade de se proceder à reclassificação de montantes que se encontram registados em provisões em cuja natureza correspondia a imparidades de activos.

BALANÇOS AJUSTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	NOTAS	BALANÇOS AJUSTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		
		Saldos aprovados 31-12-2013	Reclassificações efectuadas	Saldos ajustados em 31-12-2013
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		275.121,64	0,00	275.121,64
Ativos intangíveis		36.078,95	0,00	36.078,95
		311.200,59	0,00	311.200,59
Ativo corrente				
Estado e outros entes públicos		300,08	0,00	300,08
Fundadores/Associados/Membros		41.324,52	-19.208,38	22.116,14
Outras contas a receber		33.851,43	0,00	33.851,43
Instrumentos financeiros		473.162,81	0,00	473.162,81
Caixa e depósitos bancários		661.271,85	0,00	661.271,85
		1.209.910,69	-19.208,38	1.190.702,31
Total do ativo		1.521.111,28	-19.208,38	1.501.902,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS				
Fundos patrimoniais				
Reservas Legais		421.914,61	0,00	421.914,61
Outras reservas		1.010.576,55	0,00	1.010.576,55
Resultados transitados		-58.181,55	0,00	-58.181,55
Outras variações nos fundos patrimoniais		66.232,07	0,00	66.232,07
Resultado líquido do período		-19.233,10	0,00	-19.233,10
Total dos Fundos Patrimoniais		1.421.308,58	0,00	1.421.308,58
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		71.763,35	-35.186,78	36.576,57
		71.763,35	-35.186,78	36.576,57
Passivo corrente				
Estado e outros entes públicos		6.029,31	0,00	6.029,31
Fundadores/Associados/Membros		0,00	15.978,40	15.978,40
Outras contas a pagar		22.010,04	0,00	22.010,04
		28.039,35	15.978,40	44.017,75
Total do passivo		99.802,70	-19.208,38	80.594,32
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1.521.111,28	-19.208,38	1.501.902,90

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos fixos tangíveis” do domínio público

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro apoiado no mapa de depreciações.

	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições / Dotações	Transferências c/6881	Saldo em 31-dez-2014
Custo				
Edifícios e outras construções	485.259,95	0,00	0,00	485.259,95
Equipamento básico	3.370,94	0,00	0,00	3.370,94
Equipamento administrativo	226.507,29	4.024,41	0,00	230.531,70
Outros ativos fixos tangíveis usados	4.715,12	0,00	0,00	4.715,12
Total	719.853,30	4.024,41	0,00	723.877,71
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	349.323,74	19.410,40	0,00	368.734,14
Equipamento básico	1.227,17	337,09	1.216,27	2.780,53
Equipamento administrativo	89.465,63	5.074,76	337,09	94.877,48
Outros ativos fixos tangíveis	4.715,12	0,00	0,00	4.715,12
Total	444.731,66	24.822,25	1.553,36	471.107,27

Decorrente da revisão ao valor acumulado de depreciações, foi apurado um diferencial, cujo impacto foi reconhecido na rubrica de “correções relativas a períodos anteriores” (Nota 17.16), tendo sido ajustadas as respectivas rubricas.

Entretanto verificaram-se reclassificações entre os saldos apresentados nas contas, face aos valores exibidos no balancete a 1 de Janeiro de 2014, tendo sido mantido o valor total de Activos Fixos Tangíveis e de Depreciação Acumulada a essa data.

Propriedades de Investimento

A Entidade não detém “Propriedades de Investimento”

6. Ativos Intangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Intangíveis” do domínio público

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro, baseado no mapa de amortizações:

	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições/Do- tações	Abates	Reforços c/561	Saldo em 31-dez-2014
Custo					
Programas de computador	38.018,00	332,10	0,00	0,00	38.350,10
Propriedade industrial	8.579,76	0,00	0,00	0,00	8.579,76
Total	46.597,76	332,10	0,00	0,00	46.929,86
Programas de computacionais	6.352,62	12.783,37	0,00	11.441,72	30.577,71
Propriedade industrial	4.166,19	1.724,25	0,00	2.688,99	8.579,43
Total	10.518,81	14.507,62	0,00	14.130,71	39.157,14

Decorrente da revisão efectuada às amortizações acumuladas, verificou-se um diferencial no valor de 14.130,71 Euros, o qual se encontra relevado na rúbrica de resultados transitados.

7. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira

8. Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não dispõe de quaisquer empréstimos obtidos

9. Inventários

A Entidade não dispõe de bens inventariáveis para venda.

10. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Prestações de Serviços	621.862,12	619.091,94
Juros	19.459,71	19.033,51
Total	641.321,83	638.125,45

11. Passivos contingentes, ativos contingentes e imparidades

Passivos contingentes e Ativos contingentes

“Nos períodos em análise de 2014 e 2013, não se registaram Passivos contingentes nem Ativos contingentes.

Imparidades

Perdas por imparidade	31-12-2014	31-12-2013
	Perdas	Perdas
Associados/membros/quotas	643,83	32,73
Financiam. a associados/membros	812,67	0,00
Financiam. a associados/membros	4.150,00	3.105,00
Totais	5.606,50	3.137,73

Reversões	31-12-2014	31-12-2013
	Reversões	Saldos
Financiam. a associados/membros	-28.759,74	0,00
Financiam. a associados/membros	-9.000,00	0,00
Totais	-37.759,74	0,00

Total líquido	-32.153,24	
---------------	------------	--

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 bem como 2013 a Entidade não tinha saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Entidade não teve operações com taxas de câmbio.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não houve imposto contabilizado nos termos do código do IRC, por as Associações Sindicais estarem isentas de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de oito.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	158 090,94	159 365,71
Encargos sobre remunerações	32 252,04	31 848,68
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 148,72	1 148,72
Outros Gastos com o Pessoal	2 386,54	2 189,56
Total	193 878,24	194 552,67

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como Ativo não corrente, reportam-se às importâncias aplicadas, por disposições legais e obrigatórias a vigorar em Portugal desde 2014, no âmbito do Fundo de Compensação sobre o Trabalho. À data deste reporte estavam aplicados, 62,90 euros

17.2. Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantias brutas	Perdas por imparid. acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparid. acumuladas	Quantias líquidas
Ativo						
Associados/membros - quotas últimos 3 meses	16.622,23	16.622,23	0,00	15.978,40	(a) 15.978,40	0,00
Associados/membros - Seg. Saúde (Mod II) 1997	8.563,61	8.563,61	0,00	8.563,61	8.563,61	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos conced. - associados/membros	32.988,10	30.402,67	2.585,43	32.760,91	26.623,18	6.137,73
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	58.173,94	55.588,51	2.585,43	57.302,92	51.165,19	6.137,73
Passivo						
Associados/membros - em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(a) No ano de 2013, o valor de 15.978,40 Euros encontrava-se registado no passivo, que entretanto em 2014 foi reclassificada para o activo na rubrica de imparidades.

17.3. Clientes e Utentes

Nos períodos 2014 e 2013, esta rubrica não regista saldos.

17.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	1.650,00	2.100,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	29.313,93	28.844,90
Fornecedores conta caução	14,31	14,31
Outros devedores (adiantamentos)	5.927,77	2.892,22
Total	36.906,01	33.851,43

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Aplicação Gestão Associados	1.691,25	-
Supra estrutura informática	2.029,50	-
Total	3.720,75	0,00

17.6. Instrumentos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os seguintes instrumentos financeiros:

Descrição	2014	2013
Montepio Tesouraria	70.135,92	5.135,92
Best-CGD	10.546,90	467.013,43
Best-Digital Euribor 3M Notes	19.000,00	-
Best-TWIN WIN EURUSD	35.700,00	-
CG Brasil 2015 Notes	38.800,00	-
EUR 3Y USA PRICE TARGET	24.600,00	-
3Y BULLISH BRAZILIAN	27.000,00	-
IBERIA 2015 NOTES	24.470,00	-
BEST obrigações	68.051,25	-
EDP Ações	1.222,84	1.013,46
Total	319.526,91	473.162,81

Conforme política contabilística de reconhecimento do valor destes activos financeiros, ou seja ajustados à respectiva cotação à data de 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos gastos no valor de 10.622,47 Euros.

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	201,51	742,64
Depósitos à ordem	458.934,14	76.759,29
Depósitos a prazo	305.000,00	583.769,92
Outros		
Total	764.135,65	661.271,85

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2014
Fundos de greve e solidariedade	421.914,61	3.022,67	-3.252,65	421.684,63
Excedentes técnicos	-	-	-	0,00
Outras reservas	1.010.576,55	-	-	1.010.576,55
Resultados transitados extraordinária de 2002/2003	-58.181,55	-14.130,71	-19.233,10	-91.545,36
patrimoniais/Resultado líquido	66.232,07	-	-	66.232,07
	-19.233,10	19.233,10	-53.102,34	-53.102,34
Total	1.421.308,58	8.125,06	-75.588,09	1.353.845,55

Conforme relatado na nota 6, foi reconhecido o valor de Euros 14.130,71, na rúbrica de resultados transitados, como correcção ao apuramento das amortizações de anos anteriores dos activos intangíveis.

17.9. Fornecedores

O saldo credor da rubrica de “Fornecedores” não apresenta valores nos anos 2014 e 2013.

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	1.967,86	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	300,08
Total	1.967,86	300,08
Passivo		
Retenção Imp. sobre o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	3.365,86	-
Segurança Social	3.454,48	3.107,81
Outros Impostos e Taxas	-	2.921,50
Total	6.820,34	6.029,31

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar	-	51,72	-	-
Quotas sindicais	-	22,32	-	22,32
Credores por acréscimos de gastos	-	27.909,08	-	21.188,04
Outros Credores	-	799,68	-	799,68
Total	-	28.782,80	-	22.010,04

17.12. Outros Passivos Financeiros

A Entidade não registou valores nesta rubrica

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade não registou valores nesta rubrica.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	268.703,27	247.130,58
Materiais	8.424,65	5.326,00
Energia e fluídos	5.005,49	4.568,64
Deslocações, estadas e transportes	50.627,77	50.422,35
Serviços diversos	119.494,06	106.496,08
Total	452.255,24	413.943,65

A repartição dos Serviços diversos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014, e 2013, foi a seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Rendas e alugueres	20.731,04	19.124,52
Comunicação	31.105,88	18.277,26
Seguros	62.409,57	63.182,33
Contencioso e notariado	1.884,63	3.135,70
Limpeza, higiene e conforto	2.334,89	2.154,33
Outros serviços	1.028,05	621,94
Total	119.494,06	106.496,08

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição		2014	2013
Outros rendimentos e ganhos			
Correções exercício anterior	3.153,16		0,00
Restituição de impostos IRC	3325,71	6.478,87	8.314,75
Outros		48,16	
Total		6.527,03	8.314,75

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição		2014	2013
Impostos (Iva suportado sobre honorários)		17.327,98	15.393,49
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		1.467,65	
Juros compensatórios e multas			297,14
Correcções de exercicios anteriores:			
Deslocações e estadias	639,70		
Revista SNEsup nº.46 (out-dez-2013)	10.879,40		
Ajuste setor público	2.033,39		
Acréscimos de gastos de períodos anteriores	3.105,00		5.936,49
Ajustamentos de amortizações	1.553,34	18.210,83	
Total		37.006,46	21.627,12

Salienta-se que a fatura nº.38/2014, no valor de 10.879,40€ relativa à Revista nº.46, tem a data de 11 de fevereiro de 2014 e em nenhum lugar do seu conteúdo é referido dizer respeito ao período out-dez-2013. Dado esta situação só ter sido reconhecida após o fecho das contas

de 2013, foi a mesma reclassificada para Outros Gastos e Perdas não especificados relativa a exercícios anteriores.

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	-	1.691,70
Total	0,00	1.691,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19.495,71	19.033,51
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	19.495,71	19.033,51
Resultados financeiros	19.495,71	17.341,81

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014. Assim, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

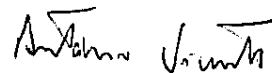
Lisboa, 22 de julho de 2015

O técnico oficial de contas
Luis Manuel da Conceição Neves



A Direção

António Vicente



Marc Jaquinet



Gonçalo Velho



Raul Santos Jorge

